



Simulado Preparatório I para o Concurso da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

Cargo: Oficial PM

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 05h
- ✓ Banca Organizadora: FAPEMS
- ✓ Número de Questões: 100
- ✓ Modalidade: Múltipla Escolha

Conteúdo / Nº de Questões

- Língua Portuguesa – 15
- Direito Penal – 10
- Direito Processual Penal – 10
- Direito Constitucional – 10
- Direito Administrativo – 10
- Direitos Humanos – 10
- Direito Penal Militar – 10
- Direito Processual Penal Militar – 10
- Direito Civil – 05
- Medicina Legal – 05
- Legislação Específica – 05

Importante

O simulado é feito com muita atenção e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores. Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

Curta nossa página no [Facebook](#) para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

O Oficial da Polícia Militar tem o prestígio da população. A profissão é muito bem quista e engrandece o indivíduo.

Oficiais geralmente comandam pelotões e realizam serviços administrativos, por vezes prestam serviço operacional junto à tropa.

Durante o curso de formação, você se especializará em Direito, primeiros-socorros, abordagem, policiamento ostensivo e outros tópicos importantes, além de vestir aquela farda misteriosa.

A remuneração do recém-formado será no valor de **R\$ 7.089,13** mais benefícios.



Bom Simulado!

Língua Portuguesa

(Questões 01 a 04) Texto I

Em artigo publicado no jornal carioca O Globo, 19/3/2018, com o nome Erros do passado, o articulista Paulo Guedes escreve o seguinte: “Os regimes trabalhista e previdenciário brasileiros são politicamente anacrônicos, economicamente desastrosos e socialmente perversos. Arquitetados de início em sistemas políticos fechados (na Alemanha imperial de Bismarck e na Itália fascista de Mussolini), e desde então cultivados por obsoletos programas socialdemocratas, são hoje armas de destruição em massa de empregos locais em meio à competição global. Reduzem a competitividade das empresas, fabricam desigualdades sociais, dissipam em consumo corrente a poupança compulsória dos encargos recolhidos, derrubam o crescimento da economia e solapam o valor futuro das aposentadorias”.

01. A finalidade principal desse primeiro parágrafo do texto I é:

- a) condenar os regimes trabalhista e previdenciário brasileiros;
- b) propor mudanças nos regimes trabalhista e previdenciário brasileiros;
- c) indicar as razões pelas quais os regimes trabalhista e previdenciário brasileiros devem ser extintos;
- d) demonstrar a obsolescência de nossos regimes trabalhista e previdenciário brasileiros, devido a fortes interesses políticos envolvidos;
- e) mostrar o despreparo de nossas instituições políticas e econômicas diante da competição global.

02. O texto I recebe o nome de “Erros do passado”; esse título se refere exclusivamente a:

- a) obsoletos programas socialdemocratas;

- b) experiências de sistemas políticos fechados;
- c) condições econômico-sociais deficientes;
- d) destruições em massa de empregos locais;
- e) sistemas e programas políticos ultrapassados.

03. No texto I, os termos inseridos nos parênteses – na Alemanha imperial de Bismarck e na Itália fascista de Mussolini – têm a finalidade textual de:

- a) enumerar os sistemas políticos fechados do passado;
- b) destacar os sistemas onde se originaram os regimes trabalhista e previdenciário;
- c) criticar o atraso político de alguns sistemas da História;
- d) condenar nossos regimes trabalhista e previdenciário por serem muito antigos;
- e) exemplificar alguns dos nossos erros do passado.

04. Uma das características de um bom texto é o respeito pelo paralelismo sintático dos seus componentes; no texto I, o segmento abaixo que destoa dos demais em função do paralelismo sintático é:

- a) reduzem a competitividade das empresas;
- b) fabricam desigualdades sociais;
- c) dissipam em consumo corrente a poupança compulsória;
- d) derrubam o crescimento da economia;
- e) solapam o valor futuro das aposentadorias.

05. Assinale a alternativa na qual o emprego do sinal indicativo de crase está correto.

- a) Acho que o reconhecimento deve ser extensivo às mulheres em geral.
- b) O respeito é devido à toda pessoa, seja mulher ou homem.
- c) Mulheres são extraordinárias, mas àquelas que são mães merecem aplausos especiais.
- d) Temos mesmo que parabenizar à quem foi tão importante para a história de nosso país.

e) Tomara que “Extraordinárias mulheres” suscite em nós um novo olhar para às mulheres.

06. No segundo quadro da tirinha abaixo é possível perceber uma figura de linguagem chamada:



- a) Hipérbato
- b) Antítese
- c) Aliteração
- d) Hipérbole
- e) Anáfora



07. A esse tipo de uso figurado da linguagem presente acima dá-se o nome de:

- a) Prosopopeia.
- b) Catacrese.
- c) Sinédoque.
- d) Silepse.
- e) Metonímia.

08. Está redigida com clareza e correção, isenta de vícios de linguagem, a frase:

- a) Diante do fórum, a manifestação de representantes de grupos feministas interrompeu o julgamento, o qual se estendeu por mais de dezesseis horas.
- b) A mulher prestou queixa contra seu vizinho, que segundo ela, havia insultado seu filho, acusando-lhe injustamente de ter cometido um delito que, na verdade, não havia cometido.
- c) O parecer final, expedido após análise judicial, concedeu, conforme consta nos documentos arquivados por esta Promotoria, a concessão de uso do espaço público pelo requerente.
- d) Quando a prisão temporária é decretada, e portanto se expede o mandado de prisão do indiciado, em duas vias, sendo que uma delas lhe será entregue e servirá como nota de culpa.
- e) Em que pesem as incontáveis vantagens da internet, é usada de maneira indiscriminadamente, capazes de produzir danos irreparáveis, à pessoas, empresas e órgãos públicos.

09. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) Não obstante, as opiniões em contrário, há quem admita que, o ser humano, jamais pode ser explicado, mas tão somente compreendido.
- b) O escritor Machado de Assis notadamente um mestre da ironia, já comparou o fenômeno da traição amorosa, com a naturalidade de uma pedra que cai.
- c) O autor do texto em foco, Hélio Pellegrino, era, além de escritor muito talentoso, um renomado, inquieto e politizado psicanalista.
- d) Uma tragédia humana a rigor, não se explica, tal como a entende o autor do texto, no qual aliás, nos lembra a diferença entre explicar e compreender.
- e) Distinguir entre explicar e compreender, constitui uma obrigação especialmente para

aqueles, que narram os fatos, e interpretam uma notícia.

10. Assinale a alternativa correta quanto à concordância, à regência e à colocação pronominal, em conformidade com a norma-padrão.

- a) Dado as dimensões da crise na Catalunha, as pessoas pedem que o governo as protejam de atos violentos.
- b) Ensina-se espanhol na Catalunha para que no futuro não exista diferenças entre os cidadãos da nação.
- c) É vedado, nas escolas catalãs, aulas ministradas nessa língua, embora já tenha admitido-se exceções.
- d) Para que a situação seja o mais rapidamente possível controlada, determinaram-se medidas drásticas.
- e) Certamente mais de um simpatizante do separatismo apoiam que recruta-se docentes partidários da causa.

11. Assinale a opção que apresenta desvio de grafia da palavra.

A acupuntura é uma terapia da medicina tradicional chinesa que favorece a regularização dos processos fisiológicos do corpo, no sentido de promover ou recuperar o estado natural de saúde e equilíbrio. Pode ser usada preventivamente (1) para evitar o desenvolvimento de doenças, como terapia curativa no caso de a doença estar instalada ou como método paliativo (2) em casos de doenças crônicas de difícil tratamento. Tem também uma ação importante na medicina rejuvenescente (3) e na reabilitação. O tratamento de acupuntura consiste na introdução de agulhas filiformes no corpo dos animais. Em geral são deixadas cerca de 15 a 20 minutos. A colocação das agulhas não é dolorosa para os animais e é possível observar durante os tratamentos diferentes

reações fisiológicas (4), indicadoras de que o tratamento está atingindo o efeito terapêutico (5) desejado.

- a) (1)
- b) (2)
- c) (3)
- d) (4)
- e) (5)

12. Entre as orações grifadas nas sentenças a seguir, ocorre uma oração subordinada adverbial causal em:

- a) Quando as pessoas usam as redes para enriquecer as interações pessoais, isso pode ajudar a diminuir a solidão.
 - b) Como as pessoas solitárias tendem a ter mais relações negativas com os outros, o sentimento pode ser contagioso.
 - c) Infelizmente, para muitos, falar com sinceridade sobre a solidão continua sendo difícil, porque é uma condição mal compreendida e estigmatizada.
 - d) Vários estudos internacionais indicam que mais de uma em cada três pessoas, nos países ocidentais, sente-se sozinha habitualmente ou com frequência.
 - e) Quando nossos motores estão constantemente acelerados, deixamos nosso corpo exausto, reduzimos nossa proteção contra os vírus e inflamações e aumentamos o risco e a gravidade de infecções virais e de muitas outras doenças crônicas.
- 13. Assinale a alternativa que apresenta uma oração subordinada substantiva objetiva direta.**
- a) Respondi-lhe que já havia terminado a prova.
 - b) Foi anunciado que Alice é a vencedora do olimpíada.
 - c) É fundamental que você não se atrase para a reunião.
 - d) Minha vontade é que encontre o seu caminho.

e) É necessário que se estabeleçam regras na escola.

(Questões 14 e 15) Texto II – Entre o público e o privado

“Pichou o nome da gangue em parede de igreja”. Esta frase está no dicionário Houaiss para exemplificar o sentido do verbo pichar: “escrever, rabiscar (dizeres de qualquer espécie) em muros, paredes, fachadas de edifícios etc”. Mas o exemplo de aplicação do verbo não é neutro: a diferença entre “nome da gangue” e “parede de igreja” parece sugerir a violência de um ato condenável, herético, pecaminoso, aplicado sobre o espaço do sagrado.

Do ponto de vista dos pichadores, porém, sua ação é vista como política, como uma manifestação artística de caráter transgressivo. A pichação seria o direito dos anônimos marginalizados de inscreverem sua marca pessoal no espaço público, para proclamarem sua existência como sujeitos. Já os adversários dos pichadores costumam ver nas pichações a obsessão pela sujeira atrevida, pelo prazer rudimentar de manchar o que é limpo. Os mais sofisticados chegam mesmo a reverter a justificativa dos pichadores: a pichação seria a manifestação de uma iniciativa privada dentro do espaço aberto ao público.

A discussão está lançada. Não parece que estejamos próximos de ver terminada essa batalha pela avaliação e reconhecimento de direitos conflitantes. O espaço da cidade continua, assim, um campo de disputa entre os que detêm o direito de propriedade e os que justificam a ação transgressiva como o direito a uma assinatura nesse espaço.

14. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

a) sugerir a violência de um ato condenável (1º parágrafo) = supor a excrescência de uma ação litigiosa.

b) manifestação artística de caráter transgressivo (2º parágrafo) = iniciativa emocional de uma personalidade conturbada.

c) prazer rudimentar de manchar o que é limpo (2º parágrafo) = desfrute natural de dissipar o que é nítido.

d) reverter a justificativa dos pichadores (2º parágrafo) = perverter o pretexto de quem se dispõe a pichar.

e) reconhecimento de direitos conflitantes (3º parágrafo) = acolhimento de prerrogativas legais em atrito.

15. Está clara, coesa e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

a) Nesse fragmento procuraram-se considerar as polêmicas perspectivas abertas pela prática da pichação, segundo as diferentes avaliações daqueles que bem ou mau se acham envolvidos.

b) A alegação na qual se valem os pichadores é de que seus atos tenham um caráter político justamente em virtude da transgressão do princípio de que não há, a rigor, espaço privado.

c) É comum que, na consideração do que seja o público e o privado entre na polêmica aberta argumentos de todo tipo, ainda que cada um deles vise à representar o interesse de um ponto de vista.

d) A inclusão social e o direito à expressão são algumas das razões alegadas pelos pichadores em defesa de sua prática, que consideram uma legítima intervenção no espaço público.

e) Tendo em vista os interesses da sociedade como um todo, ainda que não se despreze os direitos das minorias, criou-se uma discussão radical entre os que aderem à pichação e os que lhe refutam.

Direito Penal

16. A imputabilidade é definida como

a) a capacidade mental, inerente ao ser humano, de, ao tempo da ação ou da omissão, entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.

b) a contrariedade entre o fato típico praticado por alguém e o ordenamento jurídico, capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos.

c) a reprovabilidade ou o juízo de censura que incide sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável pela conduta criminosa.

d) a obediência às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.

e) a necessidade de que a conduta reprovável se encaixe no modelo descrito na lei penal vigente no momento da ação ou da omissão.

17. Quanto aos crimes contra a vida, assinale a alternativa correta.

a) Suponha que “A” seja instigado a suicidar-se e decida pular da janela do prédio em que reside. Ao dar cabo do plano suicida, “A” não morre e apenas sofre lesão corporal de natureza leve. Pode-se afirmar que o instigador deverá responder pelo crime de tentativa de instigação ao suicídio, previsto no art. 122 do Código Penal.

b) Considera-se qualificado o homicídio praticado contra pessoa menor de 14 anos ou maior de 60 anos.

c) O Código Penal permite o aborto praticado pela própria gestante quando existir risco de morte e não houver outro meio de se salvar.

d) O feminicídio é espécie de homicídio qualificado e resta configurado quando a morte da mulher se dá em razão da condição do sexo feminino. Se o crime for presenciado por descendente da vítima, incidirá ainda causa de aumento de pena.

e) O aborto provocado pela gestante, figura prevista no art. 124 do Código Penal, cuja pena é de detenção de 1 (um) a 3 (três) anos, admite coautoria.

18. Caio, Oficial de Justiça, após cumprir diversos mandados de citação referentes a várias ações penais, retornou para sua residência com os documentos que comprovavam a efetiva citação dos denunciados. Em razão de seu descuido e do grande número de mandados, colocou dois deles em cima de seu carro enquanto guardava sua bolsa na mala do veículo, mas os esqueceu lá quando deu a partida do carro, acabando por extraviar os documentos, o que gerou prejuízo no curso da ação penal e benefício para os acusados dos respectivos processos.

Considerando apenas as informações narradas, o comportamento de Caio configura:

a) crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento;

b) crime de subtração ou inutilização de livro ou documento;

c) crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório;

d) crime de prevaricação;

e) conduta atípica.

19. Utilizando-se de uma chave falsa, José invadiu um museu e amarrou o vigilante Marcos na cama em que este cochilava, a fim de efetivar a subtração de obras de arte que guarneciam o local. Durante a amarração, Marcos acorda, tenta impedir José, mas não consegue se desvencilhar das cordas e assiste, impotente, ao cometimento do crime. Praticada a subtração, José deixou o local, sem desamarrar Marcos. Horas depois, por conta de uma inesperada e forte chuva seguida de inundação, e em razão de estar

amarrado, Marcos morreu por afogamento. Considere a inundação causa superveniente relativamente independente.

Diante desse quadro, José será responsabilizado por

- a) latrocínio (CP, art. 157, § 3º).
- b) roubo impróprio (CP, art. 157, § 1º).
- c) roubo (CP, art. 157) em concurso com homicídio culposo (CP, art. 121, § 3º).
- d) roubo próprio (CP, art. 157, caput).
- e) furto qualificado (CP, art. 155, § 4º, III) em concurso com homicídio culposo (CP, art. 121, § 3º).

20. Sobre o concurso de pessoas e as previsões expressas da legislação penal, assinale a alternativa correta.

- a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- b) Se a participação for de menor importância, será aplicada atenuante genérica.
- c) Ao concorrente que quis participar de crime menos grave, será aplicada a mesma pena do concorrente, diminuída, no entanto, de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).
- d) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime, são comunicáveis aos coautores.
- e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio são puníveis ainda que o crime não chegue a ser tentado.

21. No tocante às penas privativas de liberdade,

- a) a adoção do regime prisional fechado ao agente primário condenado a sete anos de reclusão independe de motivação.
- b) é inadmissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos, ainda que favoráveis as circunstâncias judiciais.

c) é possível a fixação do regime inicial fechado para o condenado por crime apenado com detenção, se reincidente.

d) é cabível a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada com base na gravidade em abstrato do crime.

e) é possível a fixação do regime inicial fechado ao agente primário condenado a pena inferior a quatro anos, se desfavoráveis as circunstâncias judiciais.

22. O crime de rixa na forma tentada quando ocorre?

- a) O crime de rixa na forma tentada ocorre quando um dos rixosos desiste de participar do conflito;
- b) O crime de rixa na forma tentada ocorre quando a maioria dos rixosos propõe a cessação do conflito;
- c) O crime de rixa na forma tentada ocorre quando os rixosos não conseguem consumá-lo por circunstâncias alheias à sua vontade;
- d) O crime de rixa na forma tentada ocorre quando todos os rixosos desistem de prosseguir no conflito;
- e) O crime de rixa na forma tentada ocorre quando os rixosos abandonam o local do conflito.

23. O indulto, a graça e a anistia são trazidos pelo Código Penal, em seu artigo 107, inciso II, como causas de extinção da punibilidade. Apesar disso, são institutos que não se confundem.

Sobre tais causas de extinção da punibilidade, é correto afirmar que:

- a) a anistia, o indulto e a graça geram a extinção dos efeitos penais primários e secundários da condenação, permanecendo íntegros, apenas, os seus efeitos civis;
- b) o indulto, diante de sua natureza coletiva, depende de provocação e requerimento do

beneficiado, não podendo ser declarada a extinção da pena de ofício pelo juiz;

c) o indulto gera a extinção dos efeitos penais primários, mas não os secundários, permanecendo íntegros, também, os efeitos civis da condenação;

d) a anistia gera a extinção dos efeitos penais primários, mas não os secundários, permanecendo íntegros, também, os efeitos civis da condenação;

e) o indulto é concedido através de Decreto do Presidente da República, enquanto a anistia e a graça são previstos em lei federal.

24. Segundo o art. 140, do Código Penal Brasileiro (crime de injúria), é correto afirmar que

a) o crime de injúria qualificado, previsto no parágrafo 3o do art. 140, do CP, que consiste na ofensa à honra com a utilização de elementos referentes à raça e à cor, é inafiançável e imprescritível.

b) o crime de injúria qualificado, previsto no parágrafo 3o do art. 140, do CP, consiste na ofensa à honra com a utilização de elementos referentes exclusivamente à raça, cor, etnia e origem.

c) o perdão judicial, previsto no parágrafo 1o do art. 140, do CP, aplicável quando o ofendido provoca diretamente a injúria, aplica-se ao crime de injúria qualificado, previsto no parágrafo 3o do art. 140, do CP.

d) no crime de injúria, o objeto jurídico é a honra subjetiva do ofendido, podendo ser praticado mediante dolo ou culpa.

e) na injúria real, prevista no parágrafo 2o do art. 140, do CP, a violência ou vias de fato são meios de execução do crime.

25. Assinale a alternativa que indica a teoria adotada pela legislação quanto ao tempo do crime.

a) Retroatividade.

b) Atividade.

c) Territorialidade.

d) Ubiquidade.

e) Extraterritorialidade.

Direito Processual Penal

26. Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito (CPP, art. 5º, § 2º)

a) caberá recurso para o chefe de Polícia.

b) caberá recurso para o Promotor de Justiça Corregedor da Polícia Judiciária.

c) caberá recurso para o Juiz Corregedor da Polícia Judiciária.

d) caberá recurso para o Desembargador Corregedor Geral de Justiça.

e) não caberá recurso.

27. A respeito do inquérito policial, assinale a opção correta.

a) O inquérito policial poderá ser iniciado apenas com base em denúncia anônima que indique a ocorrência do fato criminoso e a sua provável autoria, ainda que sem a verificação prévia da procedência das informações.

b) Contra o despacho da autoridade policial que indeferir a instauração do inquérito policial a requerimento do ofendido caberá reclamação ao Ministério Público.

c) Sendo o inquérito policial a base da denúncia, o Ministério Público não poderá alterar a classificação do crime definida pela autoridade policial.

d) O inquérito policial pode ser definido como um procedimento administrativo pré-processual destinado à apuração das infrações penais e da sua autoria.

e) Por ser instrumento de informação pré-processual, o inquérito policial é imprescindível ao oferecimento da denúncia.

28. No tocante à ação penal, conforme determina a lei processual, assinale a opção correta.

a) Nos crimes de ação privada ou de ação pública condicionada à representação do ofendido, se este falecer no curso da lide, o juiz terá de nomear substituto processual para prosseguir com a ação.

b) Depois de iniciada a ação penal condicionada à representação, o processo será extinto se o ofendido, a qualquer tempo, desistir do seu prosseguimento.

c) A queixa-crime oferecida pelo ofendido nos crimes de ação penal privada não poderá ser aditada pelo Ministério Público, que atuará no processo apenas como fiscal da lei.

d) Nos crimes de ação privada, se vários forem os autores da ofensa, o ofendido poderá escolher contra quem oferecerá a denúncia.

e) A própria vítima do crime, ou seu representante legal, poderá propor a ação nos casos de ação pública incondicionada, se o Ministério Público não apresentar a denúncia no prazo legal.

29. Nas ações penais em que a lei exige a representação do ofendido, a retratação pode ocorrer enquanto NÃO:

a) oferecida a denúncia.

b) julgada a ação penal.

c) concluído o inquérito policial.

d) oferecida a queixa crime.

e) pronunciado o acusado.

30. Em relação à prova no processo penal, assinale a alternativa correta.

a) Todos os meios de prova possíveis em sede de processo penal encontram previsão no Código de Processo Penal.

b) O Código de Processo Penal prevê a teoria dos frutos da árvore envenenada, a qual não é absoluta.

c) A serendipidade significa o mesmo que descoberta inevitável ou exceção de fonte hipotética independente.

d) O interrogatório por videoconferência é a regra para o nosso Código de Processo Penal.

e) No caso de cumprimento de mandado de busca e apreensão, devidamente autorizado judicialmente, é possível, de acordo com o Código de Processo Penal, proceder-se à apreensão de documento em poder do defensor do acusado, mesmo quando não constitua elemento do corpo de delito.

31. Assinale a opção correta acerca das responsabilidades do perito oficial e das exigências técnicas e procedimentais inerentes ao exercício desse cargo.

a) Os peritos oficiais, em cada laudo elaborado, terão de consignar o compromisso de bem e desempenhar fielmente o encargo.

b) O laudo pericial, nos termos da legislação processual penal, deverá ser elaborado no prazo máximo de trinta dias, prorrogável por igual período.

c) A intimação de peritos para oitiva em juízo deverá ser feita com antecedência mínima de dez dias em relação à data do procedimento judicial.

d) No âmbito da investigação policial, o perito oficial deve se subordinar técnica e funcionalmente à autoridade policial que presidir o inquérito policial.

e) A elaboração de laudo pericial por profissional sem a devida habilitação legal tornará nula a prova somente se ficar demonstrada a ocorrência de prejuízo à parte interessada.

32. A citação

a) por mandado pode ser dispensada se for evidente que o réu sabe que está sendo processado criminalmente.

b) será pessoal sempre que o réu estiver preso.

c) por edital suspende o processo e o prazo prescricional no momento da sua publicação no diário oficial.

d) por carta precatória confere prazo em dobro para a apresentação de resposta escrita à acusação.

e) por hora certa é exclusiva do processo civil, pois inexistente citação ficta no processo penal brasileiro.

33. Assinale a opção que apresenta a medida judicial cabível contra a decisão que, reconhecendo a ilegitimidade do Ministério Público para ajuizar a ação penal, deixa de receber a denúncia e extingue a punibilidade em face da decadência.

- a) correção parcial
- b) apelação
- c) carta testemunhável
- d) recurso em sentido estrito
- e) recurso de ofício

34. Em relação à aplicação da lei processual penal, é correto afirmar que a lei

a) nova será aplicada sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

b) processual penal não admitirá aplicação analógica.

c) processual penal não se sujeitará a tratados, convenções ou regras de direito internacional.

d) nova e mais gravosa ao réu terá aplicação imediata somente para os novos processos que se tiverem iniciado depois de sua promulgação.

e) nova será aplicada aos fatos pretéritos que eram regulados pela lei revogada.

35. Hugo e Luiz praticaram uma mesma infração penal, mas foram denunciados em processos distintos. Por outro lado, Paulo, policial militar, praticou dois crimes, o primeiro que seria de competência da Justiça Comum e o segundo que seria da Justiça Militar, sendo que este foi praticado para ocultar e garantir a impunidade em relação àquele.

Considerando apenas as informações narradas, haverá reunião entre os processos de Hugo e Luiz em razão da relação de:

a) continência, enquanto haverá conexão entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, apesar de ser necessária a separação dos processos da Justiça Militar e da Justiça Comum;

b) conexão, enquanto haverá continência entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, razão pela qual essas deverão ser reunidas para julgamento conjunto;

c) continência, assim como entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, apesar de ser necessária a separação dos processos da Justiça Militar e da Justiça Comum;

d) conexão, assim como entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, apesar de ser necessária a separação dos processos da Justiça Militar e da Justiça Comum;

e) continência, enquanto haverá conexão entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, razão pela qual essas devem ser reunidas para julgamento conjunto.

Direito Constitucional

36. A CF, em seu art. 144, apresenta o rol dos órgãos encarregados da segurança pública. Esse rol é

a) taxativo para a União e inaplicável aos estados e ao Distrito Federal.

b) taxativo para a União e exemplificativo para os estados e o Distrito Federal.

c) exemplificativo para a União e taxativo para os estados e para o Distrito Federal.

d) taxativo para a União, para os estados e para o Distrito Federal.

e) exemplificativo para a União, para os estados e para o Distrito Federal.

37. De acordo com o art. 40 da CF, na nova redação dada pela EC nº 20/1998, o regime

próprio, disposto no artigo 40 da Constituição Federal tem como participantes:

- a) servidores públicos e ocupantes de mandato eletivo.
- b) qualquer brasileiro que deseje contribuir para o custeio do plano.
- c) exclusivamente, o servidor público titular de cargo efetivo.
- d) servidores e empregados públicos.
- e) o servidor público titular e os ocupantes de cargo em comissão.

38. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio que

- a) autoriza o uso da intervenção, em qualquer hipótese, desde que autorizada pelo Senado Federal.
- b) prega a solução dos conflitos por meio do uso da força, competindo ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Senado Federal.
- c) reconhece a diferença hierárquica entre os Estados em função de sua importância econômica.
- d) reconhece a autodeterminação dos povos.
- e) estimula a competição entre os povos para o progresso da humanidade.

39. Considere os símbolos nacionais:

- I. língua portuguesa.
- II. bandeira nacional.
- III. hino nacional.
- IV. armas nacionais.
- V. selo nacional.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que são símbolos da República Federativa do Brasil APENAS o contido em

- a) I, III, IV e V.
- b) II, III, IV e V.
- c) I, II, III e IV.

- d) I, II, III e V.
- e) I, II, IV e V.

40. De acordo com a Constituição, assinale a alternativa correta sobre os partidos políticos.

- a) É livre a criação, a fusão e a incorporação de partidos políticos, mas a extinção, em função de sua importância na democracia, exige a aprovação do Poder Público.
- b) Poderão possuir caráter regional nos Estados cuja população seja superior a 1 (um) milhão de habitantes.
- c) É defeso aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
- d) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos perante o Tribunal Regional Eleitoral da respectiva entidade da federação de sua sede.
- e) O acesso aos recursos do fundo partidário e ao rádio e à televisão será destinado a todos os partidos políticos, indiscriminadamente, para garantia da isonomia na representação política.

41. Segundo a Constituição Federal brasileira, no tocante ao ente federativo com competência para legislar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, é correto afirmar que União, Estados e Distrito Federal possuem competência

- a) concomitante.
- b) subsidiária.
- c) exclusiva.
- d) concorrente.
- e) hierárquica.

42. Caso o Estado X decida intervir no Município Y, segundo os ditames da Constituição Federal, é correto afirmar que a intervenção poderá ocorrer se

a) o município Y deixar de pagar, sem motivo de força maior, por 1 ano consecutivo, a dívida fundada.

b) for necessário que o Estado X ponha fim a grave comprometimento da ordem pública.

c) o município Y não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do desporto e cultura.

d) o município Y não tiver aplicado receita mínima na consecução e desenvolvimento de políticas urbanas e agrárias.

e) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

43. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I – Ao Ministério Público cumpre fiscalizar as fundações do Estado onde de achem localizadas.

II – O Ministério Público tem o dever funcional de examinar e aprovar os estatutos das fundações e fiscalizar os atos praticados por quem as administre.

III – Cabe ao Ministério Público elaborar o estatuto de fundação se este não for elaborado no prazo estipulado pelo instituidor.

IV – Somente o Ministério poderá requerer a extinção de fundação na hipótese de ilicitude de seu funcionamento.

V - A reforma de estatuto de fundação deve ser aprovada pela maioria absoluta de seus gestores e representantes e aprovada pelo Ministério Público.

a) I, II e III.

b) I, IV e V.

c) II, III e IV.

d) II, IV e V

e) I, III e V.

44. Sobre as finanças públicas, suas normas gerais e orçamentos, dispõe a Constituição Federal que:

a) leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

b) o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

c) a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ainda que referentes à autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

d) cabe à lei ordinária estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

e) a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as metas e prioridades da Administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

45. Projeto de Lei aprovado regularmente pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul é encaminhado ao Governador para sanção. No prazo previsto na Constituição Estadual, o Governador veta totalmente o projeto de lei e comunica ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. Neste caso, o veto do Chefe do Poder Executivo Estadual deverá ser apreciado em trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto, no mínimo,

- a) da maioria simples dos deputados, em escrutínio aberto.
- b) da maioria absoluta dos deputados, em escrutínio secreto.
- c) de 2/3 dos deputados, em escrutínio secreto.
- d) da maioria simples dos deputados, em escrutínio secreto.
- e) da maioria absoluta dos deputados, em escrutínio aberto.

Direito Administrativo

46. De acordo com a moderna doutrina e jurisprudência de Direito Administrativo, o instituto que visa à garantia dos princípios da proteção à boa-fé, da segurança jurídica e da confiança, necessários à formação e ao desenvolvimento da noção de Estado de Direito, relativizando as consequências de vícios de legalidade de atos administrativos, é conhecido como:

- a) teoria dos motivos determinantes;
- b) supremacia do interesse administrativo;
- c) estabilização dos efeitos dos atos administrativos;
- d) dever de prestar contas do Estado;
- e) teoria da caducidade dos atos administrativos.

47. Poder de polícia pode ser conceituado como uma atividade da Administração Pública que se expressa por meio de seus atos normativos ou concretos, com fundamento na supremacia geral do interesse público para, na forma da lei, condicionar a liberdade e a propriedade individual, mediante ações fiscalizadoras preventivas e repressivas.

De acordo com ensinamentos da doutrina de Direito Administrativo, são características ou atributos do poder de polícia:

- a) a hierarquia, a disciplina e a legalidade;
- b) a imperatividade, a delegabilidade e a imprescritibilidade;

- c) a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade;
- d) a indelegabilidade, a hierarquia e o respeito às forças de segurança pública;
- e) a imposição da força policial, a voluntariedade e a disciplina.

48. Acerca do uso e abuso do poder, assinale a alternativa correta.

- a) O agente que, embora dentro de sua competência, se afasta do interesse público que deve nortear todo desempenho administrativo atua com excesso de poder.
- b) A remoção, de ofício, de servidor para outra localidade, quando não há necessidade de pessoal, mas apenas intenção de puni-lo, configura uso regular de poder disciplinar.
- c) Uso de poder é toda ação ou omissão que, violando dever ou proibição imposta ao agente, propicia, contra ele, medidas disciplinares, civis e criminais.
- d) O abuso de poder não constitui ato de improbidade administrativa.
- e) É abuso de poder tanto o ato praticado na forma da lei, mas que pretende atingir um objetivo diverso do previsto legalmente, quanto o ato praticado em desobediência à previsão legal.

49. A Lei de Processo Administrativo – Lei Federal no 9.784/1999 – estabelece que, no tocante à comunicação dos atos processuais aos interessados,

- a) o desatendimento da intimação pelo interessado importará em confissão ficta.
- b) somente deve ser objeto de intimação a produção de provas requeridas pelo próprio interessado.
- c) a intimação dos atos processuais é feita por publicação em Diário Oficial, cabendo ao interessado acompanhar os assuntos de seu interesse.
- d) as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o

comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

e) a intimação observará a antecedência mínima de 10 dias úteis quanto à data de comparecimento.

50. Antônio, Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça de Alagoas, adquiriu, para si, durante o exercício do cargo público, bem imóvel cujo valor é desproporcional à sua evolução patrimonial e à sua renda.

De acordo com o ordenamento jurídico, Antônio, em tese:

a) não praticou qualquer ato ilícito, seja na esfera disciplinar, seja em matéria de improbidade administrativa;

b) não praticou ato de improbidade administrativa, mas cometeu falta disciplinar, punível com pena de demissão;

c) não praticou ato de improbidade administrativa, mas cometeu falta disciplinar, punível com pena de suspensão por noventa dias;

d) praticou ato de improbidade administrativa, cujas sanções, dentre outras, consistem em ressarcimento integral do dano, perda da função pública, multa civil e cassação dos direitos políticos;

e) praticou ato de improbidade administrativa, cujas sanções, dentre outras, consistem em perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e ressarcimento integral do dano, quando houver.

51. De acordo com a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – assinale a alternativa correta.

a) Essa Lei prevê o fornecimento gratuito de informação, ficando proibida qualquer cobrança pelo custo dos serviços e dos materiais utilizados.

b) Subordinam-se a essa Lei apenas os Poderes Executivo e Legislativo, bem como toda a

Administração Pública direta e indireta das esferas federal, estadual, distrital e municipal.

c) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e do Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como “secretas”.

d) Não se faz necessário que o Requerente diga por que e para que deseja a informação requerida.

e) O prazo máximo de restrição de acesso a uma informação considerada secreta é de 10 (dez) anos.

52. Em caso de acidente de trânsito que envolva automóvel particular e veículo pertencente à administração pública, a comprovação de culpa exclusiva do particular pelos danos causados caracteriza

a) causa excludente da responsabilidade civil do Estado.

b) motivo para a responsabilização do Estado pelos prejuízos, em decorrência das teorias civilistas.

c) causa atenuante da responsabilidade civil do Estado.

d) motivo para que nenhuma das partes envolvidas seja responsabilizada, por se tratar de caso fortuito.

e) motivo para a responsabilização do Estado pelos prejuízos, em decorrência da responsabilidade objetiva.

53. O controle destinado a investigar a atividade administrativa bem como o resultado alcançado pelo ato praticado de acordo com a conveniência e oportunidade da administração é denominado controle

a) administrativo.

b) legislativo.

c) de legalidade.

d) de mérito.

e) interno.

54. Sobre o regime dos empregos públicos, é correto afirmar:

- a) Os empregos públicos são acessíveis sem concurso público, por serem regidos, fundamentalmente, pelo direito privado.
- b) Em regra, os empregos públicos são acessíveis mediante concurso público, assim como o são os cargos públicos.
- c) Os empregados públicos, sujeitos fundamentalmente a regime de direito privado, não estão sujeitos ao teto de remuneração da Administração pública.
- d) O regime de emprego público é fixado por estatuto específico dos funcionários da carreira.
- e) Empregados públicos, após 4 anos de efetivo exercício, passam a gozar de estabilidade nos respectivos empregos.

55. A Administração Pública é regida por princípios constitucionais expressos e implícitos. Sobre este aspecto, marque a única assertiva que contém apenas princípios do Direito Administrativo:

- a) Supremacia do interesse público, legalidade, impessoalidade, universalidade, publicidade e eficiência.
- b) Legalidade, anterioridade, moralidade, publicidade e exclusividade.
- c) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- d) Legalidade, anterioridade, moralidade, publicidade, exclusividade e eficiência.
- e) Autotutela, anterioridade, moralidade, publicidade, eficiência e exclusividade.

Direitos Humanos

56. Tendo em vista a Lei no 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a alternativa correta.

- a) Âmbito familiar, de acordo com essa Lei, é a comunidade formada apenas por indivíduos que são aparentados, unidos por laços naturais.
- b) A violência patrimonial contra a mulher, ainda que ocorrida no âmbito doméstico ou familiar, não está prevista nessa Lei, sendo contempladas apenas as violências física, psicológica, sexual e moral.
- c) O atendimento policial à mulher, vítima de violência doméstica e familiar, será feito exclusivamente por servidoras do sexo feminino, previamente capacitadas.
- d) As medidas protetivas à mulher poderão ser concedidas pela Autoridade Policial, em caso de urgência.
- e) É garantido à mulher, vítima de violência doméstica e familiar, quando necessário, o afastamento do local do trabalho, para preservação da integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, por até seis meses.

57. Com base na Lei n.º 8.069/1990, assinale a opção que apresenta medida passível de aplicação por autoridade competente tanto a criança quanto a adolescente que cometa ato infracional.

- a) prestação de serviços à comunidade
- b) internação em estabelecimento educacional
- c) requisição de tratamento psicológico
- d) inserção em regime de semiliberdade
- e) liberdade assistida

58. Constitui crime contra o idoso punível com detenção

- a) obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade.
- b) induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração.
- c) deixar de cumprir, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte pessoa idosa.

d) discriminar pessoa idosa, dificultando seu acesso a operações bancárias.

e) lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal.

59. Se, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico,

a) e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.

b) estará configurada uma causa de aumento de pena.

c) a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.

d) provado o fato, a pena será de detenção.

e) quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.

60. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, o atendimento da pessoa com deficiência sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido

a) será admitido, exclusivamente, em casos de risco de morte, e desde que preenchidos os demais requisitos legais, tendo em vista que a ausência de consentimento é absolutamente excepcional.

b) só será admitido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, e desde que preenchidos os demais requisitos legais.

c) será admitido em qualquer circunstância, desde que as autoridades públicas vislumbrem tal necessidade, haja vista a presunção de vulnerabilidade da pessoa com deficiência.

d) não será admitido em qualquer hipótese, por expressa vedação legal.

e) será admitido, exclusivamente, em casos de risco de morte, inexistindo qualquer outro requisito legal a ser observado em tais hipóteses.

61. Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

a) toda pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.

b) são asseguradas às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

c) toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas ou militares.

d) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

e) ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade, exceto no caso de iminente perigo público.

62. A respeito do desenvolvimento histórico dos direitos humanos e seus marcos fundamentais, assinale a opção correta.

a) Os direitos fundamentais surgem todos de uma vez, não se originam de processo histórico paulatino.

b) Não há uma correlação entre o surgimento do cristianismo e o respeito à dignidade da pessoa humana.

c) As gerações de direitos humanos mais recentes substituem as gerações de direitos fundamentais mais antigas.

d) A proteção dos direitos fundamentais é objeto também do direito internacional.

e) A ONU é o órgão responsável pela UDHR e pela Declaração Americana de Direitos.

63. Assinale a alternativa que está de acordo com o contido no Protocolo das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

a) As controvérsias entre dois Estados, com respeito à aplicação do Protocolo, não resolvidas por negociação, serão submetidas ao Tribunal Penal Internacional.

b) Um dos objetivos do Protocolo é prevenir e combater o tráfico de pessoas, em especial de

mulheres e crianças, fornecendo-lhes asilo político.

c) Cada Estado assegurará que o seu sistema jurídico ofereça às vítimas de tráfico de pessoas a possibilidade de obterem indenização pelos danos sofridos.

d) Para efeitos do Protocolo, o termo “criança” significa qualquer pessoa com idade inferior a vinte e um anos.

e) Cada Estado terá em consideração a aplicação de medidas que permitam a recuperação física, psicológica e social das vítimas de tráfico de pessoas, incluindo, se for o caso, o fornecimento de um salário-mínimo mensal de ajuda de custo.

64. Em face da Constituição Federal é possível afirmar que os tratados internacionais

a) têm hierarquia de lei ordinária, independentemente da matéria.

b) sobre direitos humanos têm um tratamento especial.

c) sobre direitos humanos ingressam de forma direta e imediata no ordenamento jurídico interno.

d) serão equivalentes as normas constitucionais.

e) têm hierarquia suprallegal.

65. Em referência à aplicação dos Direitos Humanos pelos representantes da Segurança Pública, marque a alternativa INCORRETA:

a) Devem ser respeitados a qualquer custo, pois visam proteger a sociedade, assim como seus representantes.

b) As condutas dos aplicadores da lei devem estar em acordo com as leis e principalmente com a Constituição Federal.

c) Os direitos humanos visam, dentre outros, proteger as maiorias das minorias, pois apenas aquelas são objetos de proteção.

d) A lei, a ordem, a paz e a segurança são questões de responsabilidade do Estado.

e) Os direitos humanos devem ser objeto de aplicação diária dos policiais.

Direito Penal Militar

66. No direito penal comum vigora o princípio da irretroatividade da lei mais gravosa. No entanto, há a possibilidade de aplicação retroativa de lei posterior ao fato, desde que mais benéfica ao agente. De acordo com o Código Penal Militar, para a apuração da maior benignidade da lei posterior

a) deverá ser considerada a composição das normas da lei vigente à época do fato e das normas constantes na lei posterior cujo efeito retroativo se pretende operar.

b) a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao caso.

c) a lei posterior somente pode ser considerada mais benéfica se tornar o fato atípico ou isentar o agente de culpa.

d) não há regra expressa, razão pela qual não deve ocorrer a aplicação retroativa da lei mais benéfica.

e) a classificação da lei deverá ser considerada, sendo certo de que haverá a aplicação retroativa da lei posterior mais benéfica quando o fato típico houver sido praticado durante a vigência de lei temporária.

67. A perda de posto e de patente resulta de condenação à pena privativa de liberdade por tempo superior a

a) dois anos e importa a perda das condecorações.

b) dois anos e não importa a perda das condecorações.

c) quatro anos e não importa a perda das condecorações.

d) quatro anos e importa a perda das condecorações.

e) oito anos e importa a suspensão das condecorações.

68. Quanto ao lugar do crime dos crimes omissivos, o Código Penal Militar adotou a teoria:

- a) Unitária.
- b) da Atividade
- c) da Ubiquidade
- d) Mista.
- e) do Resultado.

69. De acordo com o Código Penal Militar, configura crime de deserção especial, o militar

- a) ausentar-se, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias.
- b) não se apresentar no lugar designado, dentro de oito dias, findo o prazo de trânsito ou férias.
- c) deixar de se apresentar no momento da partida do navio ou aeronave, de que é tripulante, ou do deslocamento da unidade ou força em que serve.
- d) deixar de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de oito dias, contados daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação.
- e) deixar de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de oito dias, contados daquele em que é declarado o estado de sítio ou de guerra.

70. De acordo com o Código Penal Militar (CPM), assinale a opção que NÃO apresenta crimes militares em tempo de guerra.

- a) Os especialmente previstos no CPM para o tempo de guerra.
- b) Os crimes militares previstos para o tempo de paz.
- c) Os crimes previstos no CPM, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum ou especial, quando praticados, qualquer que seja o agente, em território estrangeiro militarmente desocupado.

d) Os crimes previstos no CPM, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum ou especial, quando praticados, qualquer que seja o agente, em qualquer lugar, se comprometem ou podem comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares ou, de qualquer outra forma, atentam contra a segurança externa do País ou podem expô-la a perigo.

e) Os crimes definidos na lei penal comum ou especial, embora não previstos no CPM, quando praticados em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.

71. É expressamente previsto pelo Código Penal Militar, ao tratar dos crimes militares contra a pessoa, em tempo de paz, o seguinte delito:

- a) aborto - provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque.
- b) infanticídio - matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após.
- c) genocídio - matar membros de um grupo nacional, étnico, religioso ou pertencente a determinada raça, com o fim de destruição total ou parcial desse grupo.
- d) feminicídio - atentar contra a vida da mulher por razões da condição de sexo feminino.
- e) suicídio - tirar voluntariamente a própria vida.

72. Assinale o que corresponde à alternativa correta, de acordo com os Crimes contra a Administração Militar:

- a) O ressarcimento do dano no peculato culposo, antes da sentença, constitui causa extintiva de punibilidade.
- b) A conduta de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura o crime de corrupção ativa.

c) No crime de peculato doloso e peculato furto, a pena é reduzida pela metade se o ressarcimento do dano ocorre antes da sentença.

d) No crime de concussão, a pena é diminuída se a infração de ato funcional se deu sob influência ou pedido de superior hierárquico.

e) Expor a perigo, viatura ou qualquer outro meio de transporte militar, que tenha sob guarda, proteção ou requisição militar emanada de ordem legal, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento, configura crime contra a Administração Militar.

73. Segundo o artigo 47 do Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar) assinale, de acordo com os elementos não constitutivos do crime, a alternativa CORRETA:

a) Deixa de ser elemento constitutivo do crime a qualidade de superior ou a de inferior, quando não conhecida do agente.

b) Deixa de ser elemento constitutivo do crime a qualidade de militar da reserva, quando não conhecida do agente.

c) Deixa de ser elemento constitutivo do crime a qualidade de superior ou a de inferior, a de oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou a de sentinela, vigia, ou plantão, quando a ação não é praticada em repulsa a agressão.

d) Deixa de ser elemento constitutivo do crime a qualidade de militar da reforma, quando não conhecida do agente.

e) Deixa de ser elemento constitutivo do crime a qualidade de militar da ativa, quando não conhecida do agente.

74. Segundo o art. 30 do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969), pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de:

a) um sexto, não podendo o juiz aplicar redução ou ampliação de tal cominação.

b) um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

c) um quarto, não podendo o juiz aplicar redução ou ampliação de tal cominação.

d) metade, não podendo o juiz aplicar a pena do crime consumado.

e) um sexto a um quinto, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

75. A reabilitação criminal, conforme Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969):

a) caso seja negada, não pode ser novamente requerida senão após o decurso de cinco anos.

b) poderá ser revogada se o reabilitado for condenado, por decisão definitiva, ao cumprimento de pena privativa da liberdade.

c) após sua averbação, determinará impossibilidade absoluta de comunicação dos antecedentes criminais.

d) poderá ser requerida decorridos três anos do dia em que for extinta a pena principal.

e) não alcança penas superiores a cinco anos impostas por sentença definitiva.

Direito Processual Penal Militar

76. De acordo com as normas de interpretação do Código de Processo Penal Militar, assinale a opção correta.

a) A lei de processo penal militar deve ser interpretada no sentido literal, sendo vedada, de forma peremptória, a interpretação extensiva.

b) Não é admissível a interpretação restritiva da lei de processo penal militar quando prejudicar ou alterar o curso normal do processo, ou lhe desvirtuar a natureza.

c) É possível a interpretação extensiva, quando manifesto que a expressão da lei é mais estrita do que sua intenção, ainda que cerceie a defesa do acusado.

d) Ainda que a interpretação extensiva seja vedada peremptoriamente pelo Código de

Processo Penal Militar, suas normas poderão ser interpretadas de forma restritiva.

e) Os termos técnicos não de ser entendidos em sua acepção especial, ainda que evidentemente empregados com outra significação.

77. Com base nas normas positivadas no Código de Processo Penal Militar (CPPM), Decreto Lei 1002/69, analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, se a afirmativa for verdadeira, e a letra F se a afirmativa for falsa. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

() Em tempo de paz, as normas do Código de Processo Penal Militar não se aplicam fora do território nacional.

() Jurisprudência e usos e costumes militares podem suprir casos omissos do CPPM.

() Quando militares estaduais responderem na justiça militar estadual por crimes previstos na lei penal militar, os recursos, a execução da sentença e a organização da justiça serão regulados pelo CPPM.

- a) F-F-F.
- b) V-F-V.
- c) V-V-F.
- d) F-V-V.
- e) F-V-F.

78. É competência da polícia judiciária militar, EXCETO

a) cumprir as determinações da Justiça Militar relativas aos presos sob sua guarda e responsabilidade.

b) solicitar que a polícia civil cumpra os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.

c) apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.

d) solicitar das autoridades civis as informações e medidas que julgar úteis à elucidação das infrações penais, que esteja a seu cargo.

e) prestar aos órgãos e juizes da Justiça Militar e aos membros do Ministério Público as informações necessárias à instrução e ao julgamento dos processos, bem como realizar as diligências que por eles lhe forem requisitadas.

79. O Código de Processo Penal Militar prevê que o inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria; tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal. Assinale a alternativa que NÃO CORRESPONDE às disposições do Código de Processo Penal Militar:

a) O inquérito policial militar é instaurado mediante portaria a requerimento do Ministro da Justiça, quando for vítima o Presidente da República ou a União.

b) O inquérito é sigiloso, não podendo o advogado do indiciado dele tomar conhecimento, antes da sua conclusão.

c) Com exceção de caso de urgência inadiável, as testemunhas e o indiciado serão ouvidos durante o dia, no período compreendido entre as 08:00 e as 18:00 horas.

d) Sempre que possível, encarregar-se-á do inquérito, oficial de posto não inferior ao de capitão ou capitão tenente e, em se tratando de infração penal contra a segurança nacional, sê-lo-á, sempre que possível, oficial superior, atendida, em cada caso, a sua hierarquia, se oficial o indiciado.

e) É prescindível que conste da respectiva assentada, os casos de urgência inadiável que

permita a oitiva das testemunhas e indiciado em horário excepcional.

80. Sobre o inquérito policial militar previsto no Código de Processo Penal Militar, analise as afirmativas a seguir:

I. O inquérito deverá terminar no prazo de quinze dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.

II. O inquérito deverá terminar no prazo de trinta dias, quando o indiciado estiver solto, contado a partir da data em que se instaurar o inquérito.

III. A autoridade militar não poderá mandar arquivar autos de inquérito, embora conclusivo da inexistência de crime ou de inimputabilidade do indiciado.

IV. O arquivamento de inquérito não obsta a instauração de outro, se novas provas aparecerem em relação ao fato, ao indiciado ou à terceira pessoa, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade.

Está CORRETO o que se afirma em

- a) III e IV, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

81. A respeito do Processo Penal Militar, do Inquérito Policial Militar, do exercício da Polícia Judiciária Militar e do exercício da Ação Penal Militar, considerando as disposições do Código de Processo Penal Militar (CPPM), assinale a alternativa correta.

- a) A legislação de processo penal comum não pode ser aplicada aos casos omissos no CPPM.

b) Compete à Polícia Judiciária Militar apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.

c) A designação de escrivão para o inquérito caberá somente ao respectivo encarregado e recairá sempre em sargento, subtenente ou suboficial.

d) Caso o Inquérito Policial Militar conclua pela inexistência de crime, a autoridade militar poderá mandar arquivar os autos do inquérito.

e) A Ação Penal Militar é sempre condicionada à representação do ofendido e pode ser promovida tanto por denúncia do Ministério Público Militar quanto mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

82. A competência do foro militar será determinada, de modo geral:

a) pelo posto ou graduação do acusado, pelo lugar da infração, pela residência ou domicílio do acusado e pela prevenção.

b) pelo posto ou graduação do acusado, por ordem judicial, pela residência ou domicílio do acusado e pela prevenção.

c) pelo posto ou graduação do acusado, pelo lugar da infração e pela prevenção, apenas.

d) pelo lugar da infração, pela residência ou domicílio do acusado e pela prevenção, apenas.

e) pelo lugar da infração, por ordem judicial, pela residência ou domicílio do acusado e pela prevenção.

83. Para a decretação da prisão preventiva, são necessários como requisitos e fundamentos, respectivamente:

a) Requisitos: indícios do fato delituoso e indícios suficientes de autoria. Fundamentos: garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, periculosidade do indiciado ou do acusado, segurança da aplicação da lei penal militar, exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares,

quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou do acusado.

b) Requisitos: prova do fato delituoso e indícios suficientes de autoria. Fundamentos: garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, periculosidade do indiciado ou do acusado, segurança da aplicação da lei penal militar, exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou do acusado.

c) Requisitos: prova do fato delituoso e prova de autoria. Fundamentos: garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, periculosidade do indiciado ou do acusado, segurança da aplicação da lei penal militar, exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou do acusado.

d) Requisitos: prova do fato delituoso e prova de autoria. Fundamentos: não ter o indiciado residência fixa, haver fundada dúvida sobre sua identidade, necessário ao bom andamento das investigações.

e) Requisitos: prova do fato delituoso e prova de autoria. Fundamentos: não ser o indiciado primário, não possuir bons antecedentes, ter sido o indiciado condenado por crime doloso.

84. As testemunhas e o indiciado, exceto em caso de urgência inadiável, que constará da respectiva assentada, devem ser ouvidos durante o dia, em período que medeia entre:

- a) as 08 e as 18 horas.
- b) as 07 e as 17 horas.
- c) as 07 e as 18 horas.
- d) as 07 e as 13 horas.
- e) as 08 e as 13 horas.

85. Para valer como meio de prova, a confissão prevista no Código de Processo Penal Militar deve preencher os seguintes requisitos, EXCETO:

- a) ser feita perante autoridade militar.
- b) ser livre, espontânea e expressa.
- c) versar sobre o fato principal.
- d) ser verossímil.
- e) ter compatibilidade e concordância com as demais provas do processo.

Direito Civil

86. Conforme disciplina normativa do Código Civil brasileiro, NÃO são bens públicos:

- a) Os dominicais, ainda que alienáveis.
- b) Os de uso especial destinados a autarquias.
- c) Os terrenos destinados a serviços da administração territorial ou municipal.
- d) Os bens sujeitos a usucapião.
- e) Os dominicais, quando objeto de direito pessoal de entidades de direito público.

87. Pimpão é um palhaço de circo itinerante. Para efeitos legais,

- a) o domicílio de Pimpão é o endereço do sindicato ou associação que represente sua categoria profissional.
- b) o domicílio de Pimpão é o endereço do circo constante em seu registro como pessoa jurídica.
- c) o domicílio de Pimpão é o último local em que Pimpão residiu.
- d) Pimpão não possui domicílio.
- e) o domicílio de Pimpão é o lugar em que Pimpão for encontrado com o circo.

88. A posse, segundo a mais relevante doutrina, em suma, nada mais é do que a exteriorização do direito de propriedade. Sobre o instituto em referência, é correto afirmar que

- a) a truculência contra a coisa com o escopo de aquisição da posse torna-a violenta.
- b) é expressamente vedada em nossa legislação a aquisição da posse por meio de terceiro que não ostente instrumento de mandato.

c) admite a legislação o uso do desforço imediato em caso de turbação e de defesa da posse em caso de esbulho.

d) para efeitos de aquisição da propriedade por prescrição aquisitiva, a posse exercida com animus domini pelo sucessor soma-se à do antecessor.

e) o possuidor de boa-fé terá direito à indenização por benfeitorias necessárias e úteis, mas não gozará do direito de retenção.

89. Sobre a disciplina da responsabilidade civil no direito civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) Haverá obrigação de reparar o dano somente com a comprovação da culpa.

b) O empregador ou comitente não é responsável pela reparação civil por danos causados por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele.

c) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem sempre poderá reaver o que houver pago daquele por quem pagou.

d) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

e) Ainda que sentença criminal decida pela inexistência do fato, poderá haver responsabilidade civil.

90. No tocante à personalidade e à capacidade, conforme previsão do Código Civil, é correto afirmar:

a) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, de maneira absoluta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão provisória.

b) Entre outros, são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

c) A personalidade civil da pessoa começa com o registro de seu nascimento no Cartório competente.

d) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.

e) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, exclusivamente na hipótese da extrema possibilidade de morte de quem se encontrava em perigo de vida.

Medicina Legal

91. Escoptofilia é uma perversão sexual caracterizada:

a) Pelo prazer erótico despertado em certos indivíduos em presenciar o coito de terceiros.

b) Pelo prazer erótico em manter relações sexuais ou praticar atos libidinosos diversos com cadáveres.

c) Pela admiração pelo próprio corpo ou o culto exagerado de sua própria personalidade e cuja excitação sexual tem como referência o próprio corpo.

d) Pelo prazer sexual que certos indivíduos têm ao aproveitarem-se de certas aglomerações em transportes públicos ou outros locais de ajuntamento humano com o objetivo de encostar seus órgãos sexuais principalmente em mulheres, sem que a vítima perceba ou identifique suas intenções.

e) Pela fixação sexual por determinada parte do corpo ou pertences da pessoa-alvo.

92. São classificados como documentos médico-legais:

a) declaração, xérox, laudo médico.

b) auto médico-legal, identidade, relatório.

c) carteira de identidade, CPF, laudo médico.

d) atestado médico, impressão digital, CPF.

e) atestados, auto de exumação, notificações.

93. A respeito do exame pericial de local de crime, assinale a opção correta.

a) Vestígio é uma expressão genérica no meio jurídico que se refere a cada uma das informações (periciais ou não) relacionadas como crime.

b) Indício é todo objeto ou material bruto constatado e/ou recolhido em local de crime.

c) Evidência é o indício analisado e depurado, relacionado como crime por comprovação técnica e científica.

d) Os vestígios extrínsecos podem ser representados pelo encontro de vômitos, manchas de sêmen e de sangue no cadáver.

e) Os vestígios podem ser verdadeiros, ilusórios ou forjados.

94. Na identificação criminal, são consideradas modalidades de identificação conclusiva:

a) tipagem sanguínea ABO e fator Rh.

b) tatuagens.

c) impressões auriculares.

d) impressões labiais.

e) tamanho do pé.

95. Uma pessoa juridicamente incapaz, vítima de atropelamento, ingressa em uma emergência de um hospital público, em estado de morte encefálica. A remoção de órgãos, nesse caso, de acordo com a legislação atual sobre transplantes

a) está proibida.

b) pode ser realizada com fundamento na regra da “doação presumida”.

c) tem que ser autorizada pela autoridade judicial.

d) pode ser autorizada por ambos os pais ou pelo representante legal.

e) tem de ser solicitada à Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos da jurisdição.

Legislação Específica

96. Com base nas previsões da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar sobre a segurança pública que

a) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

b) é competência concorrente das polícias federal e civil as funções de polícia judiciária da União.

c) os servidores policiais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

d) é permitido aos Municípios que detenham a partir de 30 (trinta) mil habitantes a constituição de guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

e) compete à polícia civil exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

97. No que diz respeito aos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil, analise as seguintes afirmações:

I. A valorização do trabalho e da livre iniciativa é considerada expressamente um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

II. O pluralismo político e a soberania são considerados fundamentos da República Federativa do Brasil.

III. É considerado princípio expreso das relações internacionais da República Federativa do Brasil a intervenção para fins humanitários e manutenção da paz.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

(Questão Inédita)

98. A respeito da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa ERRADA.

- a) O policial militar em atividade que aceitar cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva.
- b) As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares.
- c) O oficial da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do Tribunal de Justiça, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.
- d) São vedadas ao servidor público militar a sindicalização, a greve e, enquanto em efetivo serviço, a filiação a partido político.
- e) As patentes dos oficiais militares do Estado são conferidas pelo Presidente da República.

(Questão Inédita)

99. São manifestações essenciais do valor policial-militar, exceto:

- a) o espírito de corpo, orgulho do policial-militar pela Organização onde serve;
- b) o amor à profissão policial-militar e o entusiasmo com que é exercida;
- c) o civismo e o culto das tradições religiosas;
- d) a fé na elevada missão da Polícia Militar;
- e) o aprimoramento técnico profissional.

(Questão Inédita)

100. O julgamento de transgressão deve ser precedido de exame e de análise que considerem:

I – a idade do transgressor;

II – as causas que a determinaram;

III – a natureza dos fatos ou atos que a envolveram;

IV – as consequências que dela possam advir.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmações I e IV são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmações II e III são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmações I, III e IV são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmações II, III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as afirmações são verdadeiras.

Gabarito I

01	A	26	A	51	D	76	B
02	E	27	D	52	A	77	E
03	B	28	E	53	D	78	B
04	C	29	A	54	B	79	D
05	A	30	B	55	C	80	A
06	C	31	C	56	E	81	B
07	B	32	B	57	C	82	D
08	A	33	D	58	C	83	B
09	C	34	A	59	B	84	C
10	D	35	A	60	B	85	A
11	C	36	D	61	A	86	D
12	B	37	C	62	D	87	E
13	A	38	D	63	C	88	D
14	E	39	B	64	B	89	D
15	D	40	C	65	C	90	B
16	A	41	D	66	B	91	A
17	D	42	E	67	A	92	E
18	E	43	A	68	B	93	E
19	D	44	B	69	C	94	D
20	A	45	E	70	C	95	D
21	E	46	C	71	C	96	C
22	C	47	C	72	A	97	B
23	C	48	E	73	A	98	E
24	E	49	D	74	B	99	C
25	B	50	E	75	B	100	D



SIMULADOSBR

ESTUDE COM A GENTE!